

Prova Escrita Objetiva – Nível Superior

OFICIAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Tipo 1 - BRANCA

**SUA PROVA**

Além deste caderno de provas, contendo setenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas

**TEMPO**

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala

**INFORMAÇÕES GERAIS**

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas
- Boa sorte!

Língua Portuguesa

Texto 1

Stephen Hawking, A Mente Que Superou Tudo

Em reverência ao gênio que revolucionou o estudo da cosmologia, o mundo prestou tributo a Stephen Hawking no dia seguinte a sua morte. O cientista britânico, símbolo da superação, teve papel decisivo na divulgação científica e virou um ícone pop. (O Globo, 15/3/2018)

1

O texto 1 é uma pequena notícia de primeira página de *O Globo*, cujo conteúdo é ampliado em reportagem no interior do jornal.

A marca mais característica de ser este um texto resumido é:

- (A) a presença marcante de frases curtas;
- (B) a preferência por sinais de pontuação em lugar de conectivos;
- (C) a ausência de adjetivos e advérbios;
- (D) a seleção de temas de destaque;
- (E) a utilização de verbos indicadores de ação rápida.

2

Na estruturação da notícia do texto 1, o jornal deu principal destaque ao seguinte papel de Stephen Hawking:

- (A) possuir uma mente privilegiada;
- (B) ter revolucionado o estudo da cosmologia;
- (C) ser um símbolo de superação;
- (D) ter tido papel decisivo na divulgação científica;
- (E) ter virado um ídolo pop.

3

Ao dizer que o cientista inglês “virou um ícone pop”, o autor do texto 1 quer dizer que ele:

- (A) tornou-se temática de muitos filmes modernos;
- (B) realizou tarefas ligadas à arte popular;
- (C) alcançou popularidade acima das expectativas;
- (D) obteve uma fama comparável à de artistas populares;
- (E) conquistou um espaço nas artes plásticas.

4

Observe a charge a seguir:



A charge acima é uma homenagem a Stephen Hawking, destacando o fato de o cientista:

- (A) ter alcançado o céu após sua morte;
- (B) mostrar determinação no combate à doença;
- (C) ser comparado a cientistas famosos;
- (D) ser reconhecido como uma mente brilhante;
- (E) localizar seus interesses nos estudos de Física.

5

Essa charge traz elementos verbais – a fala de Einstein – e elementos imagísticos; entre os significados construídos pelos dados da imagem, NÃO está correta a seguinte afirmação:

- (A) as asas na cadeira de rodas indicam a pureza angelical do cientista falecido;
- (B) a aparência da cadeira de rodas indica a alta tecnologia de que dispunha o cientista morto;
- (C) a gestualidade de Einstein mostra alegria na recepção a Stephen Hawking;
- (D) a espécie de luneta em uma das mãos de Galileu se refere à sua atividade de observador astronômico;
- (E) as roupas dos cientistas estão adequadas à época em que viveram.

6

Sobre a frase dita por Einstein, é correto afirmar que:

- (A) o termo “Galileu”, por ser um vocativo, deveria ser colocado no início da frase;
- (B) o adjetivo “brilhante”, por ser um adjetivo qualificativo, deveria vir antes do substantivo “mente”;
- (C) o pronome “nós”, implícito em “estávamos esperando” se refere a todos os habitantes do céu;
- (D) o termo “Galileu” deveria aparecer entre vírgulas, por ser um vocativo;
- (E) o emprego da forma “olha” é desaconselhável por pertencer à linguagem coloquial.

Texto 2:

Inteligência e sabedoria não são a mesma coisa. Entretanto, na linguagem cotidiana, usamos os dois termos indistintamente. Vivemos em uma sociedade onde a eficiência e os resultados são valorizados. Aparentemente, apenas os mais inteligentes estão destinados a obter sucesso. No entanto, apenas os sábios conseguem uma felicidade autêntica. Eles são guiados por valores e preocupados em fazer uso da bondade, aplicando uma visão mais otimista à vida.

Se procurarmos agora no dicionário o termo sabedoria, será encontrada uma definição simples: a faculdade das pessoas de agir de maneira sensata, prudente ou correta. Sendo assim, a primeira pergunta que vem à mente é: a inteligência não nos dá a capacidade de nos movimentarmos no nosso dia a dia da mesma maneira? Um QI médio ou alto não nos garante a capacidade de tomar decisões acertadas?

É claro que sim. Também é claro que quando falamos de inteligência surgem diferentes nuances. Por isso, o tipo de personalidade e a maturidade emocional são fatores que influenciam mais concretamente as realizações das pessoas. Isso também é verdadeiro em relação à capacidade de investir mais ou menos em seu próprio bem-estar e no dos outros.

Em vista disso, inteligência e sabedoria são dois conceitos interessantes. Assim, poderemos ter uma ideia mais precisa e útil do que realmente são. Afinal, se queremos algo, além de ter um alto QI, é necessário desenvolver uma sabedoria excepcional e moldar uma personalidade virtuosa. Isso vai um passo além do cognitivo e do emocional.

“A verdadeira sabedoria está em reconhecer a própria ignorância.” Sócrates.

Disponível em <https://amentemaravilhosa.com.br/inteligencia-e-sabedoria/>

7

“Inteligência e sabedoria não são a mesma coisa”.

Essa frase tem a função textual de:

- (A) introduzir tematicamente o assunto do texto 2, sem preocupações, no momento, de explicar a afirmativa;
- (B) indicar uma questão que será resolvida no restante do texto 2;
- (C) propor uma reflexão conjunta com o leitor;
- (D) despertar o interesse do leitor pela leitura do texto 2;
- (E) mostrar o posicionamento do autor diante de uma questão polêmica no terreno da psicologia.

8

“Inteligência e sabedoria não são a mesma coisa. Entretanto, na linguagem cotidiana, usamos os dois termos indistintamente”.

Esse segmento do texto 2 mostra que nossa linguagem cotidiana:

- (A) falha em determinar especificidades da realidade;
- (B) é empregada de diferentes formas em função da situação comunicativa em que se insere;
- (C) não possui todos os vocábulos necessários à perfeita comunicação humana;
- (D) engloba todo o conhecimento humano, mas não é usada de forma coerente por todos;
- (E) não é capaz de mostrar a diferença entre realidades próximas.

9

“Inteligência e sabedoria não são a mesma coisa. Entretanto, na linguagem cotidiana, usamos os dois termos indistintamente”.

Nesse segmento do texto 2, o conector “entretanto” só NÃO pode ser substituído de forma semanticamente adequada por:

- (A) contudo;
- (B) todavia;
- (C) conquanto;
- (D) no entanto;
- (E) porém.

10

“Vivemos em uma sociedade onde a eficiência e os resultados são valorizados. Aparentemente, apenas os mais inteligentes estão destinados a obter sucesso. No entanto, apenas os sábios conseguem uma felicidade autêntica”.

Inferimos da leitura desse segmento do texto 2 que:

- (A) a eficiência e os resultados estão mais ligados à sabedoria que à inteligência;
- (B) a sociedade não valoriza a sabedoria, mas somente a inteligência;
- (C) inteligentes e sábios podem atingir a plena felicidade;
- (D) na vida humana, a inteligência é dom superior à sabedoria;
- (E) os inteligentes não conseguem ser autenticamente felizes.

11

A frase do texto 2 em que os termos unidos pela conjunção “E” possuem valores sinônimos é:

- (A) “Vivemos em uma sociedade onde a eficiência e os resultados são valorizados”;
- (B) “Inteligência e sabedoria não são a mesma coisa”;
- (C) “Por isso, o tipo de personalidade e a maturidade emocional são fatores que influenciam...”;
- (D) “...desenvolver uma sabedoria excepcional e moldar uma personalidade virtuosa”;
- (E) “Isso vai um passo além do cognitivo e do emocional”.

12

A frase do texto 2 que NÃO exemplifica a voz passiva é:

- (A) “Vivemos em uma sociedade onde a eficiência e os resultados são valorizados”;
- (B) “Aparentemente, apenas os mais inteligentes estão destinados a obter sucesso”;
- (C) “Eles devem ser observados, analisados e desconstruídos”;
- (D) “Eles são guiados por valores e preocupados em fazer uso da bondade”;
- (E) “Se procurarmos agora no dicionário o termo sabedoria, será encontrada uma definição simples”.

13

Em todas as frases abaixo (texto 2) sublinhamos formas verbais de primeira pessoa do plural, em que o sujeito é quantitativamente impreciso.

O caso em que o sujeito de uma dessas formas abrange o maior universo possível de pessoas é:

- (A) “Inteligência e sabedoria não são a mesma coisa. Entretanto, na linguagem cotidiana, usamos os dois termos indistintamente”;
- (B) “Vivemos em uma sociedade onde a eficiência e os resultados são valorizados”;
- (C) “Também é claro que quando falamos de inteligência surgem diferentes nuances”;
- (D) “Assim, poderemos ter uma ideia mais precisa e útil do que realmente são”;
- (E) “Afinal, se queremos algo, além de ter um alto QI, é desenvolver uma sabedoria excepcional e moldar uma personalidade virtuosa”.

14

“Afinal, se queremos algo, além de ter um alto QI, é necessário desenvolver uma sabedoria excepcional”.

A forma adequada de uma oração desenvolvida correspondente à oração reduzida sublinhada (texto 2) é:

- (A) o desenvolvimento de uma sabedoria excepcional;
- (B) que desenvolvemos uma sabedoria excepcional;
- (C) que desenvolvêssemos uma sabedoria excepcional;
- (D) desenvolvermos uma sabedoria excepcional;
- (E) que desenvolvamos uma sabedoria excepcional.

15

A frase do texto 2 em que o vocábulo sublinhado mostra uma função sintática diferente das demais, por ser núcleo de função, é:

- (A) “Aparentemente, apenas os mais inteligentes estão destinados a obter sucesso”;
- (B) “Eles são guiados por valores e preocupados em fazer uso da bondade, aplicando uma visão mais otimista à vida”;
- (C) “...o tipo de personalidade e a maturidade emocional são fatores que influenciam mais concretamente as realizações das pessoas”;
- (D) Isso também é verdadeiro em relação à capacidade de investir mais ou menos em seu próprio bem-estar e no dos outros;
- (E) Assim, poderemos ter uma ideia mais precisa e útil do que realmente são.

16

A frase final do texto 2, atribuída a Sócrates, liga a sabedoria:

- (A) ao orgulho;
- (B) à bondade;
- (C) à temperança;
- (D) à humildade;
- (E) à justiça.

17

“Em vista disso, inteligência e sabedoria são dois conceitos interessantes. Assim, poderemos ter uma ideia mais precisa e útil do que realmente são. Afinal, se queremos algo, além de ter um alto QI, é necessário desenvolver uma sabedoria excepcional e moldar uma personalidade virtuosa. Isso vai um passo além do cognitivo e do emocional”.

O termo que NÃO possui antecedente no texto 2 é:

- (A) disso;
- (B) dois conceitos;
- (C) que;
- (D) algo;
- (E) Isso.

18

“Em vista disso, inteligência e sabedoria são dois conceitos interessantes. Assim, poderemos ter uma ideia mais precisa e útil do que realmente são. Afinal, se queremos algo, além de ter um alto QI, é necessário desenvolver uma sabedoria excepcional e moldar uma personalidade virtuosa. Isso vai um passo além do cognitivo e do emocional”.

O conectivo sublinhado acima que tem seu valor semântico indicado INADEQUADAMENTE é:

- (A) em vista disso / causa;
- (B) assim / conclusão;
- (C) do que / comparação;
- (D) se / condição;
- (E) além de / adição.

19

“Em vista disso, inteligência e sabedoria são dois conceitos interessantes. Assim, poderemos ter uma ideia mais precisa e útil do que realmente são. Afinal, se queremos algo, além de ter um alto QI, é necessário desenvolver uma sabedoria excepcional e moldar uma personalidade virtuosa. Isso vai um passo além do cognitivo e do emocional”.

Nesse segmento do texto 2, a palavra formada por processo de formação originalmente diferente dos demais é:

- (A) sabedoria;
- (B) realmente;
- (C) desenvolver;
- (D) excepcional;
- (E) personalidade.

20

Na comparação entre inteligência e sabedoria, realizada no texto 2, a afirmação adequada ao que é expresso no texto é:

- (A) inteligência e sabedoria são interdependentes;
- (B) sabedoria mostra valores nas relações humanas;
- (C) inteligência é a ferramenta da felicidade autêntica;
- (D) inteligência e sabedoria aparecem sempre juntas;
- (E) inteligência é superior a sabedoria.

Raciocínio Lógico

21

Considere a sentença: “Todo catarinense gosta de camarão ou é torcedor do Figueirense”.

A negação lógica da sentença dada é:

- (A) Nenhum catarinense gosta de camarão ou é torcedor do Figueirense;
- (B) Todo catarinense gosta de camarão, mas não é torcedor do Figueirense;
- (C) Todo catarinense não gosta de camarão e não é torcedor do Figueirense;
- (D) Algum catarinense não gosta de camarão e não é torcedor do Figueirense;
- (E) Algum catarinense não gosta de camarão ou não é torcedor do Figueirense.

22

Uma sentença logicamente equivalente à sentença “Se Pedro é torcedor da Chapecoense, então ele nasceu em Chapecó” é:

- (A) Se Pedro não é torcedor da Chapecoense, então ele não nasceu em Chapecó;
- (B) Se Pedro nasceu em Chapecó, então ele é torcedor da Chapecoense;
- (C) Pedro é torcedor da Chapecoense e não nasceu em Chapecó;
- (D) Pedro não é torcedor da Chapecoense ou nasceu em Chapecó;
- (E) Pedro é torcedor da Chapecoense ou não nasceu em Chapecó.

23

Considere a sentença sobre os números racionais x e y : “ $x \geq 3$ e $x + y \leq 7$ ”.

Um cenário no qual a sentença dada é verdadeira é:

- (A) $x = 3$ e $y = 2$;
- (B) $x = 3$ e $y = 7$;
- (C) $x = 2$ e $y = 5$;
- (D) $x = 4$ e $y = 4$;
- (E) $x = 5$ e $y = 3$.

24

Há 10 anos, a soma das idades de Fernanda e de sua filha Isadora era 40 anos.

Daqui a 10 anos, a soma das idades delas será:

- (A) 50 anos;
- (B) 60 anos;
- (C) 70 anos;
- (D) 80 anos;
- (E) 90 anos.

25

Antônio comprou uma caixa com 42 comprimidos de um remédio. Ele tomou um comprimido por dia, sem interrupções, até terminar os comprimidos da caixa.

Se ele tomou o primeiro comprimido em uma sexta-feira, o último comprimido foi tomado em:

- (A) uma quarta-feira;
- (B) uma quinta-feira;
- (C) uma sexta-feira;
- (D) um sábado;
- (E) um domingo.

26

Sérgio pagou uma conta vencida, com 6% de juros, no valor total (juros incluídos) de R\$ 371,00.

Se Sérgio tivesse pagado essa conta até o vencimento, o valor seria:

- (A) R\$ 346,00;
- (B) R\$ 348,74;
- (C) R\$ 350,00;
- (D) R\$ 351,68;
- (E) R\$ 360,00.

27

Dois atendentes atendem 32 clientes em 2h40min.

Com a mesma eficiência, três atendentes atenderão 60 clientes em:

- (A) 2h40min;
- (B) 2h48min;
- (C) 3h10min;
- (D) 3h20min;
- (E) 3h30min.

28

Em uma urna há 5 bolas amarelas, 7 bolas verdes e 4 bolas azuis. O número mínimo de bolas a ser retirado aleatoriamente da urna, sem lhes ver a cor, para se ter certeza de que serão retiradas pelo menos duas bolas verdes é:

- (A) 14;
- (B) 13;
- (C) 11;
- (D) 9;
- (E) 8.

29

Um pintor pintou uma parede retangular com 3m de altura por 4m de largura em uma hora.

Com a mesma eficiência, esse pintor pintaria uma parede com 3,5m de altura por 6m de largura em:

- (A) 1h45min;
- (B) 1h40min;
- (C) 1h35min;
- (D) 1h30min;
- (E) 1h25min.

30

Uma pequena empresa tem 10 funcionários. A média salarial dos 6 funcionários com menores salários é R\$ 2600,00 e a média salarial dos 4 funcionários com maiores salários é R\$ 4200,00.

A média salarial dos 10 funcionários dessa empresa é:

- (A) R\$ 3480,00;
- (B) R\$ 3440,00;
- (C) R\$ 3400,00;
- (D) R\$ 3360,00;
- (E) R\$ 3240,00.

Conhecimentos Específicos**31**

Oficial da Infância e Juventude, ao sair para diligência de fiscalização no final de semana, passa em frente a uma entidade de acolhimento institucional, quando observa dois policiais efetuando a entrega de uma criança de 4 anos de idade. A mãe agrediu a criança em um parque, e está sendo conduzida até a delegacia de polícia.

Considerando os princípios que regem a aplicação das medidas de proteção, a atuação dos policiais está:

- (A) correta, diante da proporcionalidade e atualidade da medida;
- (B) incorreta, desrespeitada a obrigatoriedade da informação;
- (C) correta, observada a proteção integral e prioritária;
- (D) incorreta, violada a prevalência da família;
- (E) correta, respeitado o interesse superior da criança.

32

Oficial da Infância e Juventude, lotado em Florianópolis, atende a mãe dos irmãos Vitor, 9 anos, Luiz, 10 anos, e Lucas, 12 anos, que deseja orientação sobre autorização de viagem nacional. Vitor viajará desacompanhado para comarca contígua à de sua residência, na mesma região metropolitana, enquanto Luiz e Lucas irão sozinhos para o Rio de Janeiro.

O oficial deverá informar que necessitará(ão) de autorização de viagem:

- (A) somente Vitor;
- (B) somente Luiz;
- (C) somente Lucas;
- (D) Vitor e Luiz;
- (E) Luiz e Lucas.

33

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece ser assegurada, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos da criança e do adolescente. Assim, Oficial da Infância e Juventude orientou os profissionais da saúde de um hospital particular sobre o dever que possuem de respeitar tal princípio, quando do atendimento de crianças e adolescentes na emergência.

A orientação do Oficial da Infância e Juventude, nessa hipótese, está:

- (A) correta, porque a prioridade compreende a primazia de receber proteção e socorro;
- (B) incorreta, pois a prioridade compreende a primazia de receber proteção e socorro apenas na rede pública;
- (C) incorreta, já que a prioridade abrange a precedência de atendimento nos serviços de relevância pública;
- (D) incorreta, pois inexistente prioridade, quando não há destinação privilegiada de recursos públicos;
- (E) correta, uma vez que a garantia da prioridade abrange a necessidade de uma intervenção mínima.

34

Vinte adolescentes entre 15 e 17 anos, todos desacompanhados, montam acampamento, na rua, em frente à porta de entrada do show de uma famosa banda internacional de pop rock, que ocorrerá daqui a cinco dias. Oficial da Infância e Juventude dirige-se até lá para conversar com o grupo, a fim de que evitem pernoitar no local, por ser muito perigoso.

Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, conclui-se que os adolescentes:

- (A) poderão pernoitar no local, considerando o direito à liberdade;
- (B) não poderão pernoitar no local, uma vez que violariam o direito à própria dignidade;
- (C) poderão pernoitar no local, pela abrangência do direito ao respeito;
- (D) não poderão pernoitar no local, pois o direito à liberdade não abrange a permanência;
- (E) poderão pernoitar no local, em razão do direito à cultura.

35

Maria, criança com 7 anos, testemunhou o seu padrasto praticar violência física contra a sua irmã Joana, de 12 anos, o que causou na adolescente intenso sofrimento. Cientificado dos fatos, o Promotor de Justiça ingressou com ação penal em face do abusador, pugnando pela oitiva das irmãs em Juízo.

Considerando o sistema de garantia de direitos introduzido pela Lei nº 13.431/2017, a oitiva das meninas será realizada da seguinte forma:

- (A) escuta especializada de Joana, vítima, e depoimento comum de Maria, testemunha;
- (B) depoimentos especiais de Maria e Joana, testemunha e vítima, respectivamente;
- (C) escutas especializadas de Maria e Joana, testemunha e vítima, respectivamente;
- (D) depoimento especial de Joana, vítima, e depoimento comum de Maria, testemunha;
- (E) depoimentos comuns de Joana, vítima, e Maria, testemunha, por não se tratar de violência sexual.

36

Em visita hospitalar à maternidade pública, Oficial da Infância e Juventude é abordado por gestante, reclamando do atendimento que lhe vem sendo prestado pelo hospital, já que não está lhe sendo garantida a presença de um acompanhante. Reclama também porque lhe afirmaram que não poderá aguardar o parto natural, sendo a cesariana o procedimento rotineiro.

De acordo com os ditames da Lei nº 13.257/2016, que estabeleceu políticas públicas para a primeira infância, o procedimento hospitalar está:

- (A) correto, pois a garantia de acompanhante da gestante é apenas da parturiente, e não existe direito ao parto natural;
- (B) incorreto, quanto ao direito à acompanhante da gestante e correto quanto à ausência de direito ao parto natural;
- (C) incorreto, quanto aos direitos à acompanhante da gestante e à realização do parto natural;
- (D) correto, quanto ao direito à acompanhante da gestante e incorreto quanto ao direito ao parto natural;
- (E) correto, pois a presença do acompanhante da gestante e a realização do parto natural são decisões técnicas do médico.

37

Oficial da Infância e Juventude encontra, em uma banca de jornal, revista com material inadequado para crianças e adolescentes, contendo na capa a foto de um homem e uma mulher em posição erótica, com mensagem nitidamente pornográfica. O dono da banca de jornal alega que a revista está exposta corretamente, já que lacrada e com a informação de que se trata de material impróprio para crianças e adolescentes. Analisando o caso, conclui-se que o Oficial da Infância e Juventude:

- (A) deverá lavrar auto de infração administrativa e apreender a revista;
- (B) não deverá agir, pois a revista está lacrada e com a advertência de material impróprio;
- (C) deverá chamar a polícia, por se tratar de crime previsto no ECA;
- (D) deverá apenas acionar o Ministério Público, diante da ausência de previsão da conduta no ECA;
- (E) deverá instaurar portaria para a apuração da irregularidade na banca de jornal.

38

José, 20 anos, na companhia do irmão João, 16 anos, procura o Oficial da Infância e Juventude buscando orientação de como proceder para que o adolescente não perca uma grande chance de aprendizagem. Isso porque João precisa, com urgência, assinar um contrato de trabalho e abrir uma conta bancária. Acontece que os pais dos irmãos estão viajando, com retorno previsto para dois dias após a data limite para a assinatura do termo.

Segundo o princípio da proporcionalidade e atualidade previsto no ECA, João poderá assinar o contrato e abrir a conta bancária:

- (A) sozinho, pois menor púbere;
- (B) com o direito de representação pelo irmão José;
- (C) com a suspensão do poder familiar;
- (D) com a ratificação posterior dos pais;
- (E) com a tutela pelo irmão José.

39

Oficial da Infância e Juventude recebe denúncia de que Márcio e Marcelo, com 15 e 16 anos, que vivem na zona rural, estão fora dos bancos escolares por opção dos pais, que preferem não os matricular na rede regular de ensino, para que continuem a auxiliá-los em tempo integral com a plantação de milho. O Oficial da Infância e Juventude presta toda a orientação e apoio ao casal, mas os pais insistem que o melhor para os filhos é permanecer no trabalho rural, pois já terminaram o ensino fundamental.

Diante da negativa dos pais, e com base nas atribuições do Oficial da Infância e Juventude previstas no ECA, o procedimento a ser adotado é:

- (A) efetuar relatório à autoridade judicial;
- (B) comunicar o fato ao Ministério Público;
- (C) acionar o Conselho Tutelar;
- (D) registrar a ocorrência em sede policial;
- (E) lavrar auto de infração.

40

Oficial da Infância e Juventude, ao fiscalizar entidade governamental que desenvolve programa de acolhimento institucional, encontra duas crianças acolhidas há mais de 3 dias, sem prévia determinação da autoridade competente.

O Oficial da Infância e Juventude deverá:

- (A) comunicar ao Conselho Tutelar, a fim de subsidiar lavratura de auto de infração administrativa;
- (B) instaurar portaria para apuração de irregularidade em entidade de atendimento;
- (C) informar ao Ministério Público, para fins de instrução de ação civil pública;
- (D) apresentar relatório por escrito à autoridade judiciária;
- (E) lavrar auto de infração administrativa por descumprimento das normas de proteção do ECA.

41

Oficial da Infância e Juventude, ao fiscalizar unidade de execução de medida socioeducativa de internação, depara-se com um adolescente aparentando grave transtorno mental. O Oficial apresenta relatório ao Juízo da Infância e da Juventude, após solicitar a imediata adoção das providências pertinentes pelo diretor da unidade.

Considerando a hipótese apresentada, o adolescente poderá ter a sua medida socioeducativa:

- (A) convertida em interdição;
- (B) suspensão para inclusão em programa de saúde mental;
- (C) convertida em medida de segurança;
- (D) progredida para medida socioeducativa em meio aberto;
- (E) progredida para medida socioeducativa de semiliberdade.

42

Fernanda, 17 anos, viaja de ônibus de São Paulo para Balneário Camboriú, na companhia do namorado Flávio, de 18 anos, para passar o carnaval. Quando desceram na rodoviária de destino, ao serem abordados pelo Oficial da Infância e Juventude, informam que a adolescente não possui autorização dos pais e apresentam o voucher do hotel em que irão se hospedar.

De acordo com as normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, a situação dos namorados no Balneário Camboriú, quanto à viagem e/ou hospedagem, está:

- (A) regular, pois dispensável a autorização dos pais da adolescente para a viagem e a hospedagem;
- (B) irregular, pois indispensável a autorização dos pais da adolescente para a viagem e a hospedagem;
- (C) regular, pois a adolescente está na companhia do namorado, que é maior;
- (D) irregular, pois a adolescente precisa de autorização dos pais de viagem;
- (E) irregular, pois a adolescente precisa da autorização dos pais para a hospedagem.

43

Maria, mãe de Joana, de 17 anos, desaparecida há 2 meses, procura o Juízo da Infância e da Juventude a fim de tentar localizar a filha, na companhia de Júlia, 3 anos, sua neta, filha de Joana. Ao ser atendida pelo Oficial da Infância e Juventude, descobre que a filha está internada pela prática de ato infracional.

Na oportunidade, o Oficial da Infância e Juventude lhe informa a entidade de internação em que a filha está e os direitos dos adolescentes privados de liberdade, destacando-se:

- (A) visita íntima entre Joana e Júlia;
- (B) atendimento em creche e pré-escola para Júlia;
- (C) visitas de Maria, mas não de Júlia;
- (D) telefonemas diários para Júlia;
- (E) visitas externas para ver Júlia.

44

Marcelo e Márcio vivem em união estável e decidem adotar uma criança. Para tanto, encaminham-se até o Juízo da Infância e da Juventude, recebendo do Oficial da Infância e Juventude a seguinte orientação sobre a habilitação de pretendentes à adoção prevista no ECA:

- (A) somente serão habilitados para adoção de criança ou adolescente com deficiência ou doença crônica;
- (B) um se habilita e, após a adoção, o outro ingressa com pedido de adoção unilateral;
- (C) é vedada a adoção conjunta por pessoas que vivem em união homoafetiva;
- (D) não poderão se habilitar, pois apenas os casados podem adotar conjuntamente;
- (E) terão prioridade no cadastro, caso desejem adotar criança ou adolescente com deficiência ou doença crônica.

45

Servidor efetivo da Justiça, ao fiscalizar entidade de atendimento de longa permanência, encontra vários idosos sem a formalização de contrato escrito de prestação de serviço com a instituição.

Considerando os termos do Estatuto do Idoso, o servidor deverá:

- (A) lavrar auto de infração;
- (B) relatar o ocorrido ao Juízo competente;
- (C) comunicar o fato ao Ministério Público;
- (D) efetuar a transferência dos idosos para outra instituição;
- (E) peticionar ao Juízo para apuração da irregularidade na entidade.

46

Diretor de entidade que desenvolve programa de institucionalização de longa permanência veda a estadia de um idoso na casa, em razão de o ancião se negar a outorgar-lhe procuração.

De acordo com o Estatuto do Idoso, tal conduta poderá ensejar:

- (A) responsabilização administrativa;
- (B) instauração de inquérito civil;
- (C) apuração de irregularidade em entidade de atendimento;
- (D) responsabilização criminal;
- (E) ajuizamento de ação civil pública.

47

Determinado Município no interior do Estado de Santa Catarina, com o escopo de fomentar as ações de fiscalização e tutela dos direitos das crianças e adolescentes de sua competência, dividiu a então Secretaria Municipal de Educação em duas novas Secretarias:

- i. a da Criança, do Adolescente e da Juventude;
- ii. a de Educação.

Essa distribuição interna de competências no âmbito de uma mesma pessoa jurídica (no caso, o Município), mediante especialização interna, é chamada de:

- (A) descentralização, e decorre do poder regulamentar;
- (B) delegação, e decorre do poder normativo;
- (C) fragmentação, e decorre do poder disciplinar;
- (D) desconcentração, e decorre do poder hierárquico;
- (E) outorga, e decorre do poder discricionário.

48

O Ministério Público ofereceu representação por prática de infração administrativa em face de sociedade empresária que deixou de observar o que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 258, do ECA) no que diz respeito ao acesso de criança ou adolescente aos locais de diversão e a sua participação no espetáculo. A materialidade e autoria do ilícito restaram demonstradas por meio de relatório de fiscalização e depoimento, ambos do Oficial da Infância e da Juventude presente no espetáculo, que comprovam a prática da infração.

O ato administrativo consistente no citado relatório subscrito pelo oficial goza do atributo da:

- (A) imperatividade, razão pela qual a multa prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente pode ser imediatamente aplicada após a emissão do relatório;
- (B) autoexecutoriedade, que exige a prévia decisão judicial para a prática de todos os atos administrativos que decorrem do poder de polícia administrativo;
- (C) exigibilidade, segundo o qual o Poder Judiciário, por ato de seu Oficial, pode exigir imediatamente o pagamento da multa prevista no ECA;
- (D) tipicidade, que autoriza que qualquer ato contrário aos bons costumes constatado pelo Oficial pode ser objeto de infração administrativa, independentemente de previsão legal;
- (E) presunção relativa de veracidade, prerrogativa presente em todos os atos administrativos que, contudo, admite prova em contrário pelo particular interessado.

49

Joaquim foi nomeado pelo Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina para exercer a função de confiança de chefe do setor onde estão lotados quinze Oficiais da Infância e Juventude daquele Tribunal.

De acordo com as disposições constitucionais sobre a matéria, é correto afirmar que Joaquim:

- (A) é necessariamente servidor público ocupante de cargo em comissão;
- (B) é necessariamente servidor público ocupante de cargo efetivo;
- (C) é necessariamente particular, pois se fosse servidor público deveria ter sido nomeado para cargo em comissão;
- (D) pode ser particular, pois seu cargo é de livre nomeação, ou servidor público ocupante de cargo efetivo;
- (E) pode ser particular, pois seu cargo é de livre nomeação, ou ocupante de cargo em comissão.

50

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, o processo administrativo é regido por postulados gerais inerentes à atuação do Estado, como o princípio:

- (A) da inércia, segundo o qual a Administração Pública deve ser provocada pelo particular interessado ou pelo Ministério Público para poder instaurar o processo administrativo;
- (B) do devido processo legal, segundo o qual o processo administrativo é inquisitorial, e o contraditório e a ampla defesa somente são assegurados no processo judicial;
- (C) da verdade formal, segundo o qual o processo administrativo admite apenas as provas produzidas unilateralmente pela Administração Pública;
- (D) da onerosidade, segundo o qual o particular sucumbente deverá arcar com as custas, emolumentos e ônus sucumbenciais no processo administrativo;
- (E) da instrumentalidade das formas, segundo o qual o vício de forma é sanável quando não gerar prejuízo, desde que mantido o interesse público.

51

João, Oficial da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, foi designado para cumprir diligência fiscalizatória em evento que consiste em show com a participação de público adolescente. Chegando ao local, agindo de forma culposa, João se excedeu e retirou do show o adolescente Antônio, alegando que o rapaz estava desacompanhado de seus responsáveis, quando, na verdade, seu pai apenas tinha ido ao banheiro.

Diante dos danos morais (frustração) e materiais (valor do ingresso do show) sofridos por Antônio, ele procurou a Defensoria Pública e propôs ação indenizatória em face do:

- (A) João, como pessoa física, por sua responsabilidade civil objetiva e direta;
- (B) Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por sua responsabilidade civil objetiva;
- (C) Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por sua responsabilidade civil subjetiva;
- (D) Estado de Santa Catarina, por sua responsabilidade civil objetiva;
- (E) Estado de Santa Catarina, por sua responsabilidade civil subjetiva.

52

Maria, Oficial da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em diligência fiscalizatória, constatou que Márcia, dona de um bar, vendeu bebida alcoólica para uma criança. Para deixar de adotar as providências legais cabíveis, Maria recebeu, para si, cinco mil reais em espécie, a título de presente de Márcia.

No caso em tela, sem prejuízo das demais sanções cíveis, criminais e administrativas, em razão do ilícito praticado:

- (A) Maria deve ser responsabilizada por ato de improbidade administrativa, mas Márcia não pode sê-lo, eis que não é servidora pública;
- (B) Maria e Márcia não podem ser responsabilizadas por ato de improbidade administrativa, eis que não houve prejuízo ao erário;
- (C) Maria deve ser responsabilizada por ato de improbidade administrativa, na qualidade de agente público, ocorrendo o mesmo com Márcia, na qualidade de particular que concorreu e se beneficiou do ato;
- (D) Maria e Márcia não podem ser responsabilizadas por ato de improbidade administrativa, por falta de tipicidade, mas devem responder na esfera penal, sendo que Maria deve ser demitida após processo administrativo disciplinar;
- (E) Márcia deve responder por infração administrativa prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, e somente Maria deve ser responsabilizada por ato de improbidade administrativa, por ser servidora pública.

53

Pedro, cidadão brasileiro, tomou conhecimento de que determinado administrador público estava praticando atos lesivos ao patrimônio público. Por considerar absurda essa situação, procurou um advogado e solicitou informações a respeito da medida que poderia adotar para postular a anulação desses atos.

À luz da narrativa acima e da sistemática constitucional, o advogado respondeu, corretamente, que Pedro:

- (A) não poderia adotar nenhuma medida pessoalmente;
- (B) poderia ajuizar uma reclamação constitucional;
- (C) poderia impetrar mandado de segurança;
- (D) poderia impetrar mandado de injunção;
- (E) poderia ajuizar uma ação popular.

54

Maria, pessoa que vive nas ruas por não ter moradia ou mesmo renda própria, foi informada de que a ordem constitucional brasileira considerava a habitação um direito social. Esperançosa, Maria requereu à Secretaria Municipal de Habitação que lhe fornecesse uma casa para morar. O requerimento, no entanto, foi indeferido sob os argumentos de que a lei municipal não regulamentara a forma pela qual o referido direito social seria fruído, bem como por inexistirem recursos para oferecê-lo. Acresça-se que essas duas informações eram verdadeiras.

À luz da sistemática constitucional, os argumentos invocados pela Secretaria Municipal:

- (A) não impedem o atendimento do pleito de Maria, já que a fruição de todo direito fundamental deve ser garantida;
- (B) estão parcialmente incorretos, já que o direito pleiteado por Maria independe de recursos para o seu oferecimento;
- (C) estão parcialmente incorretos, já que o direito pleiteado por Maria independe de regulamentação;
- (D) se somam à impossibilidade de um direito social ser postulado por uma única pessoa;
- (E) impedem a fruição do direito social pleiteado administrativamente por Maria.

55

José pretendia concorrer ao cargo de vereador e foi informado de que deveria possuir direitos políticos. Por desconhecer como poderia cumprir essa exigência, solicitou a orientação de um advogado.

À luz da sistemática constitucional, o advogado informou, corretamente, que esse requisito é cumprido:

- (A) apenas com o nascimento no território brasileiro;
- (B) com a aquisição da nacionalidade brasileira;
- (C) com a realização do alistamento eleitoral;
- (D) com a impetração do mandado político;
- (E) com o pagamento da taxa eleitoral.

56

Edson, entendendo ser manifestamente injusta a sentença proferida pelo Juiz de Direito João, que conta com mais de dez anos na magistratura e julgara improcedente o pedido por ele formulado, ingressou com representação perante o Conselho Nacional de Justiça requerendo que, comprovada a injustiça da sentença, seja promovida (I) a sua reforma e (II) a correlata demissão de João.

À luz da sistemática constitucional, o Conselho Nacional de Justiça é:

- (A) competente para adotar as medidas postuladas, desde que o Juiz de Direito João seja reincidente;
- (B) incompetente para adotar ambas as medidas postuladas por Edson;
- (C) competente para adotar ambas as medidas requeridas por Edson;
- (D) competente apenas para reformar a sentença proferida;
- (E) competente apenas para demitir o Juiz de Direito João.

57

Simone foi aprovada em um concurso público para o cargo Alfa, fora do número de vagas previsto no edital, no primeiro trimestre de 2015. De acordo com o edital, esse concurso público teria validade de 18 meses, prorrogáveis uma única vez, o que efetivamente ocorreu.

Na última semana, foi lançado edital para novo concurso público para prover o cargo Alfa. Ao tomar conhecimento desse fato, Simone formulou requerimento administrativo solicitando a sua nomeação.

À luz da sistemática constitucional, o requerimento de Simone deve ser:

- (A) indeferido, pois exaurido o prazo de trinta e seis meses de validade do concurso público no qual Simone fora aprovada;
- (B) indeferido, pois a nomeação de Simone, após o prazo de validade do concurso, exige ato voluntário da Administração;
- (C) deferido, pois a aprovação no concurso fez surgir, para Simone, o direito à nomeação nos quatro anos seguintes;
- (D) deferido, pois o edital do novo concurso indica a necessidade de prover o cargo, caracterizando o direito de Simone;
- (E) deferido, pois a aprovação no concurso fez surgir, para Simone, o direito imprescritível à nomeação.

58

O Tribunal de Justiça de determinado Estado, nos termos da Constituição Estadual, ao julgar, em sua composição plena, representação por inconstitucionalidade ajuizada em face da Lei nº 22/2017, do Município que sedia a capital do respectivo Estado, declarou a sua inconstitucionalidade.

À luz da sistemática estabelecida na Constituição da República de 1988, o referido Tribunal de Justiça atuou:

- (A) fora dos limites de sua competência, pois a Constituição Estadual somente pode instituir representação por inconstitucionalidade para leis dos Municípios do interior;
- (B) fora dos limites de sua competência, pois a Constituição Estadual só pode instituir representação de lei estadual;
- (C) nos limites de sua competência, desde que o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça seja referendado pelo Supremo Tribunal Federal;
- (D) fora dos limites de sua competência, pois a Constituição Estadual não pode instituir representação por inconstitucionalidade;
- (E) nos limites de sua competência, pois a Constituição Estadual pode instituir a representação por inconstitucionalidade de lei municipal.

59

São elementos da ação:

- (A) partes, juiz e demanda;
- (B) juiz, processo e demanda;
- (C) jurisdição, processo e pedido;
- (D) partes, pedido e causa de pedir;
- (E) jurisdição, causa de pedir e partes.

60

Tendo apurado que uma criança de 5 anos de idade vem sendo vítima de crimes sexuais reiteradamente praticados pelo pai, e que, por sua vez, a mãe havia abandonado o lar, o Ministério Público ajuizou ação de perda do poder familiar em face de ambos os genitores.

Nesse caso, está-se diante de um litisconsórcio:

- (A) ativo, necessário e unitário;
- (B) ativo, facultativo e unitário;
- (C) passivo, facultativo e unitário;
- (D) passivo, necessário e simples;
- (E) passivo, facultativo e simples.

61

No que concerne à gratuidade de justiça, é correto afirmar que:

- (A) só pode ser deferida ao litigante cuja causa seja patrocinada pela Defensoria Pública;
- (B) a decisão que a indeferir é passível de impugnação por via recursal;
- (C) compreende as multas impostas ao beneficiário em razão do cometimento de atos caracterizadores de litigância de má-fé;
- (D) isenta o beneficiário da obrigação de pagar os honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência;
- (E) deve ser requerida em petição autônoma, instruída com os documentos que comprovem a insuficiência de recursos.

62

Na proteção integral e prioritária à criança e ao adolescente, prevista na Lei nº 8.069/90, o Ministério Público, após receber relatório da autoridade competente afirmando a impossibilidade de reintegração familiar de um menor, ingressou com ação de destituição do poder familiar. O pedido foi julgado improcedente.

Para interpor o recurso de apelação, o Ministério Público deverá observar o prazo de:

- (A) 30 dias úteis, aplicando-se a prerrogativa do prazo em dobro;
- (B) 15 dias corridos, não se aplicando a prerrogativa de prazo em dobro;
- (C) 20 dias úteis, aplicando-se a prerrogativa do prazo em dobro;
- (D) 10 dias úteis, não se aplicando a prerrogativa de prazo em dobro;
- (E) 10 dias corridos, não se aplicando a prerrogativa de prazo em dobro.

63

Joana, avó paterna, tem a guarda de fato de seu neto Lucas desde que ele nasceu. O menor tem hoje 7 anos de idade. A genitora faleceu no parto e é desconhecido o paradeiro do genitor. Havendo necessidade de matricular o infante em estabelecimento de ensino, foi exigido da avó Joana que apresentasse a certidão de guarda do menor.

Para tanto, a avó procurou a Defensoria Pública, que pode:

- (A) ajuizar ação de guarda, e requerer, em tutela de urgência, a busca e apreensão do menor, de natureza satisfativa, em caráter incidental;
- (B) ajuizar ação de guarda, e requerer, em tutela de evidência, a guarda provisória, de natureza antecipada, em caráter antecedente ou incidental;
- (C) ajuizar ação de guarda, e requerer, em tutela de urgência, a guarda provisória, de natureza antecipada, em caráter antecedente ou incidental;
- (D) encaminhar os autos ao Ministério Público para que esse ajuíze ação de guarda para a avó, uma vez que ela não pode ser parte legítima em ação de guarda do neto;
- (E) encaminhar os autos ao Ministério Público para que esse represente o menor e proponha a ação de guarda, em nome próprio, na defesa dos interesses do menor.

64

Os adolescentes José, Marcelo e Vitor são apreendidos por autoridade policial quando consumiam cerveja, vodca e gim, respectivamente, em frente a um bar de grande movimentação. Indagados sobre como tiveram acesso às bebidas, responderam: José comprou a cerveja diretamente no bar; Marcelo recebeu as doses de vodca gratuitamente do garçom, que é seu amigo; e Vitor ganhou a garrafa de gim de presente do pai.

Diante das informações prestadas pelos adolescentes, à luz do ECA, as condutas do dono do bar, do garçom e do pai de Vitor, configuram, respectivamente:

- (A) crime; infração administrativa; e crime;
- (B) crime, infração administrativa; e infração cível;
- (C) crime; crime; e crime;
- (D) crime; crime; e infração cível;
- (E) crime; fato atípico; e infração cível.

65

Jorge, 18 anos, grava dois filmes com sua namorada, Júlia, de 17 anos. O primeiro, com cenas pornográficas da adolescente, e o segundo, com cenas de sexo explícito em que ele participa, ambos com o consentimento dela. Passados quatro meses da gravação, o relacionamento termina e Jorge mantém os vídeos armazenados em seu aparelho celular. Ayrton, primo de Jorge, pega o telefone e transmite o vídeo com as cenas pornográficas da adolescente para Jean, que, ao abri-lo, apaga o conteúdo imediatamente de seu telefone.

De acordo com os dados do problema e os crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que:

- (A) Jorge não praticou crime, já que o vídeo foi consentido;
- (B) Jean praticou crime, pois chegou a abrir o vídeo;
- (C) Ayrton não praticou crime, pois as cenas eram pornográficas, e não de sexo explícito;
- (D) Jorge praticou crime, quando fez o vídeo;
- (E) Ayrton não praticou crime, porque não vendeu o vídeo.

66

Perante Vara Criminal corre ação penal em que se investiga a prática do crime de estupro de vulnerável em que figura como vítima a criança Pâmela. Preocupada com as consequências psicológicas para Pâmela, sua genitora decide que elas devem se mudar para outro estado do país, informando tal fato ao juízo.

No momento da designação da audiência de instrução e julgamento, Pâmela e sua representante legal deverão ser intimadas e poderão ser ouvidas através de:

- (A) carta precatória, que impõe a suspensão da instrução criminal;
- (B) carta precatória, mas a expedição não suspenderá a instrução criminal;
- (C) carta rogatória, que impõe a devida suspensão da instrução criminal;
- (D) carta rogatória, mas a expedição não suspenderá a instrução criminal;
- (E) edital, ficando a oitiva no processo principal suspensa até o comparecimento delas.

67

Funcionário público com atribuição compareceu, munido de mandado de busca e apreensão, a determinada residência para realizar busca e apreensão de cadernos de controle de valores relacionados à investigação do crime de favorecimento à prostituição de adolescentes. Ao comparecer ao local, verifica que naquele exato momento estava ligado um computador que transmitia vídeo com cena de sexo explícito envolvendo criança, que é crime diverso daquele que era investigado.

Ao verificar tal situação, o funcionário público deverá:

- (A) apreender, de imediato, o computador, tendo em vista que o mandado de busca e apreensão não precisa especificar os bens a serem apreendidos e o local onde deve ser realizada a diligência;
- (B) requerer a expedição de novo mandado de busca e apreensão, que somente poderá ser deferido se for instaurada investigação para apurar a prática do novo delito;
- (C) apreender, de imediato, o computador, tendo em vista que houve flagrante delito e um encontro fortuito de provas de outra infração penal;
- (D) apreender, de imediato, o computador, pois a diligência em questão é considerada busca e apreensão pessoal, que prescinde de mandado;
- (E) requerer, de imediato, expedição de novo mandado de busca e apreensão, já que os objetos a serem apreendidos deverão estar devidamente especificados.

68

Caio, funcionário público do Tribunal de Justiça, foi denunciado pela suposta prática do crime de corrupção, após prisão em flagrante no momento em que solicitava vantagem indevida para prática de ato de ofício.

Sobre o procedimento aplicável à ação penal em que Caio figura como denunciado, é correto afirmar que:

- (A) a defesa técnica de Caio somente poderá ser intimada após o recebimento da denúncia para apresentar defesa, ocasião em que deverá apresentar teses, provas que pretenda produzir e exceções;
- (B) a resposta preliminar é indispensável, mesmo que a denúncia seja amparada em inquérito policial, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça;
- (C) a resposta preliminar poderá indicar as provas que a defesa pretenda produzir, mas não poderá ela mesma ser instruída com documentos e justificações;
- (D) a defesa técnica de Caio deverá ser notificada, antes do recebimento da denúncia, para oferecer defesa no prazo de 15 dias;
- (E) o juiz, nesse procedimento especial, não poderá rejeitar a denúncia se convencido da inexistência do crime.

69

Luciano foi denunciado pela prática de crime de extorsão em desfavor de José. A defesa técnica do réu arrolou como testemunha Lara, filha de Luciano, de apenas 10 anos de idade, pois alega que ela, assim como outros familiares, estaria com o pai no suposto momento do crime.

De acordo com as previsões do Código de Processo Penal, Lara:

- (A) poderá ser ouvida, mas, na condição de testemunha, prestará compromisso legal de dizer a verdade e deverá estar sozinha, não podendo ser acompanhada por representante legal algum;
- (B) poderá ser ouvida na condição de testemunha, prestando compromisso legal de dizer a verdade, devendo as perguntas serem realizadas diretamente pelas partes;
- (C) poderá ser ouvida se arrolada como testemunha ou informante, mas não prestará compromisso legal de dizer a verdade;
- (D) estará proibida de ser ouvida na condição de testemunha ou informante, por ser descendente do réu;
- (E) estará proibida de depor como testemunha ou informante, por ser criança.

70

A Lei nº 12.403/11 disciplinou, no Código de Processo Penal, o instituto da prisão domiciliar, que será aplicada em substituição à prisão preventiva, diferente do que ocorre com a prisão albergue domiciliar prevista na Lei de Execução Penal.

A prisão domiciliar prevista no art. 318 do Código de Processo Penal será admitida quando:

- (A) a ré tiver filho de até 12 anos de idade incompletos, ainda que não seja a única responsável pelo sustento da criança;
- (B) a ré estiver grávida, desde que seja de risco a gravidez ou a gestação ultrapasse 07 meses;
- (C) o réu, ainda que não genitor, for imprescindível aos cuidados de criança de até 12 anos de idade;
- (D) a ré tiver filho de até 18 anos incompletos, desde que seja a única responsável pelo sustento da criança/adolescente;
- (E) o réu for pai de filho de até 14 anos de idade incompletos, desde que seja o único responsável pela criança/adolescente.

Realização

